

Vogais efetivos:

Licenciado João Carlos D. L. Melo Ataíde, Inspetor Superior, que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;  
Licenciado Luís Miguel Gonçalves Leitão, Inspetor Superior;  
Licenciado Fernando António Parreiral Pinheiro Silva, Inspetor Superior;  
Licenciada Ana Paula Ribeiradio Santos, Inspetora Superior.

Vogais suplentes:

Licenciada Ana Isabel Burke Lara Alegre, Inspetora Superior;  
Licenciada Paula Alexandra Galvão Oliveira Velha, Inspetora;  
Licenciado José António Ribeiro Caçador, Inspetor;  
Licenciado José António Borrego Ramos, Inspetor.

29 de janeiro de 2014. — O Diretor Nacional do SEF, *Manuel Jar-mela Palos*.

207592093

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Centro de Estudos Judiciários

#### Aviso (extrato) n.º 1734/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, torna-se pública a lista nominativa dos trabalhadores cuja relação jurídica de emprego público cessou no ano de 2013, por motivos de aposentação, conforme refere a alínea *c*) do artigo 251.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro:

Maria Margarida Santos Figueiredo da Silva, assistente operacional, com efeitos a 31 de outubro de 2013.

Clarinda Maria Sousa Teixeira Almeida Leitão, assistente técnica, com efeitos a 31 de dezembro de 2013.

24 de janeiro de 2014. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufêmia Fonseca*.

207569187

#### Aviso (extrato) n.º 1735/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, torna-se público que a coordenadora técnica da carreira geral de assistente técnico, Maria Isabel Marques dos Santos, cessou a sua relação jurídica de emprego público, por motivos de cessação, conforme artigo 255.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, nos termos da Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho.

24 de janeiro de 2014. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufêmia Fonseca*.

207569227

### Direção-Geral da Administração da Justiça

#### Despacho (extrato) n.º 1866/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por meu despacho de 21 de janeiro de 2014, foi renovada a comissão de serviço do Licenciado Francisco José da Cunha Sampaio, no cargo de Chefe de Divisão de Apoio à Gestão Documental desta Direção Geral, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

24 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207571681

#### Despacho (extrato) n.º 1867/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por meu despacho de 16 de janeiro de 2014, foi renovada a comissão de serviço do Arquiteto Rodrigo Gonçalves de Carvalho, no cargo de Chefe de Divisão de Infraestruturas desta Direção Geral, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

24 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207571779

#### Despacho (extrato) n.º 1868/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por meu despacho de 21 de janeiro de 2014, foi renovada a comissão de serviço da Licenciada Ana Paula Sousa Santos Mata, no cargo de Chefe de Divisão de Formação desta Direção-Geral, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

24 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207571616

### Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

#### Despacho (extrato) n.º 1869/2014

Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 17 de janeiro de 2014, torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a trabalhadora Maria Helena da Silva Correia concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira especial médica, com a avaliação final de 17,5 valores, na sequência da celebração com esta Direção-Geral do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 16 de novembro de 2013.

21 de janeiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

207566554

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

#### Aviso n.º 1736/2014

Em cumprimento do disposto no n.º 1, da alínea *b*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 17.º da lei preambular e artigo 72.º do Anexo I do RCTFP (Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro) torna-se público que se procedeu à celebração de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, na sequência do procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 7484/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 07 de junho de 2013, para o preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal desta Autoridade, na carreira e categoria de Técnico Superior, em obediência ao disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 54.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 55.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, para o exercício de funções no Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios da ASAE, com o trabalhador Vasco Gonçalo Pereira de Oliveira, posicionado na 2.ª posição remuneratória e no 15.º nível remuneratório da tabela remuneratória única com efeitos a catorze de janeiro de 2014;

15 de janeiro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.

207566538

#### Despacho n.º 1870/2014

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 194/2012, de 23 de agosto, que aprovou a Lei Orgânica da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a Portaria n.º 35/2013, de 30 de janeiro, fixou a estrutura nuclear e o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, as quais vieram a ser definidas no Despacho n.º 2032/2013, de 30 de janeiro.

Considerando o tempo decorrido, a experiência desenvolvida nas várias áreas de intervenção, e ainda o acréscimo de atribuições desta Autoridade, importa agora adequar a estrutura orgânica flexível às atuais necessidades de funcionamento e de otimização dos recursos com vista ao cabal desempenho da missão da ASAE e à prossecução das respetivas atribuições.

Deste modo importa reforçar a Unidade Nacional das Operações com a criação de uma nova divisão, no caso a Divisão de Coordenação e Avaliação da Atividade Inspetiva com a incumbência, entre outras, de implementar um sistema de controlo interno do desempenho inspetivo da ASAE.

Por outro lado, em virtude da necessidade de afirmação da ASAE no espaço internacional, seja no quadro da cooperação lusófona, como no âmbito comunitário, em que a ASAE é o ponto focal da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, importa dinamizar e enfatizar